

O DESAFIO DE FORMAR UMA NOVA GERAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

CESAR CALLEGARI*

Esta Folha, como qualquer empresa, não admitiria que 30% dos jornais saíssem de suas gráficas com problemas de impressão. Contudo, no Brasil, mais de um terço das crianças que chegam ao final do ciclo de alfabetização não estão alfabetizadas. E apenas 5% dos jovens que concluem o ensino médio têm proficiência elementar em matemática. Este problema precisa ser enfrentado com a formação de bons professores.

Ao cruzar os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) com os resultados da Prova Nacional Docente e de avaliação dos cursos de licenciatura (ENADE), o diagnóstico se torna incontornável: os problemas da educação básica brasileira começam e se retroalimentam na fragilidade da formação inicial dos seus docentes.

Os dados do ENADE recém-divulgados pelo MEC revelam uma grande quantidade de cursos de baixa qualidade com conceitos 1 e 2 da escala 5 de avaliação. O cenário se agrava substancialmente quando o foco se desloca para as modalidades de ensino a distância (EaD), que hoje concentram 70% das matrículas de formação de professores no país.

Os resultados da primeira edição da Prova Nacional Docente mostram que 42% dos que estão prestes a assumir a regência de uma classe não têm domínio suficiente de conteúdos e métodos que eles próprios deveriam ensinar de forma segura e eficaz. O problema não reside no esforço individual desses professores — muitos oriundos de escolas públicas e com trajetórias de superação —, mas sim em um modelo de ensino superior que, ao lado de alguns cursos de alta qualidade, ainda admite a existência de uma alarmante oferta precarizada.

A correlação entre essas duas dimensões — a formação do professor e o desempenho dos seus alunos — é direta e causal. Uma professora de anos iniciais que não teve em sua formação em pedagogia um forte alicerce em didática da matemática e da língua portuguesa, dificilmente conseguirá garantir a alfabetização de uma criança de sete anos. Isso vale para o professor de área específica (como matemática ou física) que mal domina os conteúdos acadêmicos e não aprendeu na faculdade as estratégias pedagógicas necessárias para tornar o conhecimento acessível e interessante a um adolescente.

Romper esse ciclo vicioso exige coragem política e uma reestruturação profunda da arquitetura das licenciaturas no país. Não se trata de culpar as instituições, tampouco os professores, mas de reformar os parâmetros institucionais de sua

formação. O governo tem tomado importantes iniciativas nesse sentido, começando com a proibição de cursos 100% a distância. As Diretrizes Curriculares Nacionais que agora estão sendo atualizadas pelo Conselho Nacional de Educação devem ser implementadas por todos. Os currículos das faculdades precisam equilibrar a fundamentação teórica com a imersão prática desde o início da graduação. Estágio e extensão não podem ser um “faz de conta” na formação docente; devem ser o laboratório central de aprendizagem do futuro professor. As novas diretrizes propostas pelo CNE tratam disso.

Por outro lado, a regulação e a supervisão dos cursos precisam ser drasticamente endurecidas e as responsabilidades das instituições formadoras devem ser cobradas. É verdade que o ensino remoto tem sido importante para a democratização do acesso, mas ele não pode funcionar como um mecanismo de certificação em massa, aligeirado, desprovido de atividades práticas presenciais, mentorias e apoio de alta qualidade.

Os dados agora divulgados pelo MEC não devem ser vistos como um veredito de fracasso, mas como uma convocação urgente à ação. Enquanto a formação docente e as condições de exercício profissional continuarem operando na lógica da baixa qualidade, as metas do novo Plano Nacional de Educação permanecerão no horizonte das promessas não cumpridas. O sucesso de toda política educacional sempre dependerá professores bem-preparados, valorizados e que integrem a elite dos profissionais do país. O ideal é que sua formação seja em período integral, 100% presencial, currículo avançado, bolsa de permanência, tudo isso articulado como início de uma carreira nacional docente com salários dignos. O Brasil reúne todas as condições de formar uma nova geração de professores. Resta evidente a necessidade de articulá-las numa estratégia nacional prioritária.

Cesar Callegari é Presidente do Conselho Nacional de Educação